

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Caso haja questão(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Prática já adotada pela população de países asiáticos para se proteger de doenças respiratórias transmitidas principalmente no inverno, o uso de máscaras se mostrou um instrumento eficaz na prevenção ao novo coronavírus; no entanto, crianças pequenas não devem usá-las. Especialistas lembram que, para quem tem menos de dois anos de idade, o uso de máscara facial pode dificultar a respiração e até aumentar o risco de asfixia.

“O sufocamento é o principal risco. Não somente crianças menores de dois anos, mas também crianças com doenças pulmonares, como asmáticos em crise, ou crianças com distúrbios neurológicos não devem usar máscaras”, afirmam infectologistas.

Renata Okumura. *O Estado de São Paulo*. 28/5/2020 (com adaptações).

Questão 1

Com relação aos aspectos linguísticos do primeiro período do texto CG1A1-I, é correto afirmar que o termo “se”,

- Ⓐ no trecho “se proteger”, remete ao termo “Prática”.
- Ⓑ no trecho “se mostrou”, tem como referente o termo “instrumento”.
- Ⓒ em ambas as ocorrências, pode, sem prejuízo da correção gramatical do texto, ser deslocado para imediatamente após a forma verbal, escrevendo-se, respectivamente, **proteger-se e mostrou-se**.
- Ⓓ em ambas as ocorrências, pode ser suprimido sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto.
- Ⓔ em ambas as ocorrências, expressa a noção de reciprocidade.

Questão 2

Inferire-se do texto CG1A1-I que o uso de máscaras faciais é

- Ⓐ considerado ineficaz por infectologistas para prevenir o contágio pelo coronavírus em crianças, independentemente da idade.
- Ⓑ recomendado por infectologistas para crianças com distúrbios neurológicos, desde que elas sejam supervisionadas pelos pais.
- Ⓒ desaconselhado por infectologistas para crianças com distúrbios neurológicos, independentemente da idade, devido ao risco de asfixia.
- Ⓓ indicado por infectologistas para proteger crianças asmáticas, com dificuldade de respiração, por impedir o contágio pelo coronavírus.
- Ⓔ aconselhado por infectologistas para crianças menores de dois anos de idade, desde que não tenham doenças pulmonares.

Outono

O outono de azulejo e porcelana
Chegou! Minha janela é um céu aberto.
E esse estado de graça quotidiana
Ninguém o tem sob outros céus, decerto!

Agora, tudo transluz... tanto mais perto
Quanto mais nossa vista se alontana...
E o morro, além, no seu perfil tão certo,
Até parece em plena via urbana!

Tuas tristezas... o que é feito delas?
Tombaram, como as folhas amarelas
Sobre os tanques azuis... Que desaponto!

E agora, esse cartaz na alma da gente:
ADIADOS OS SUICÍDIOS... Simplesmente
Porque é abril em Porto Alegre... E pronto!

Mário Quintana. *Preparativos de viagem*. 2.ª ed.
São Paulo: Editora Globo, 2004 (com adaptações).

Questão 3

No poema **Outono**, o eu lírico

- Ⓐ deplora a chegada do outono em Porto Alegre, revelando intenções suicidas.
- Ⓑ afirma que o outono é um convite a incursões nos morros que circundam Porto Alegre.
- Ⓒ descreve não somente as próprias emoções, como também as de outras pessoas.
- Ⓓ deleita-se com a chegada do outono em Porto Alegre, identificando suas emoções com aquelas vivenciadas por pessoas que vivem sob outros céus.
- Ⓔ considera que a queda das folhas amarelas sobre os tanques azuis representa um alento para pessoas tristes.

Questão 4

O termo “transluz”, no verso “Agora, tudo transluz... tanto mais perto”, no poema **Outono**,

- Ⓐ pertence à mesma classe gramatical do vocábulo **luz**.
- Ⓑ consiste em uma forma flexionada do verbo **transluzir**.
- Ⓒ concorda com o termo “Agora”.
- Ⓓ poderia ser substituído por **translúcido**, sem alteração dos sentidos do texto.
- Ⓔ descreve um evento passado.

Texto CG1A1-II

Rejeito as doutrinas do arbítrio; abomino as ditaduras de todo gênero, militares, ou científicas, coroadas, ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seitas, aos governos de facção, aos governos de ignorância; e, quando esta se traduz pela abolição geral das grandes instituições docentes, isto é, pela hostilidade radical à inteligência do país nos focos mais altos de sua cultura, a estúpida selvageria dessa fórmula administrativa impressiona-me como o bramir de um oceano de barbaria ameaçando as fronteiras de nossa nacionalidade.

Rui Barbosa. Discursos, Orações e Conferências.
Livreria e Editora Iracema: São Paulo, p. 95-96.

Questão 5

Do trecho “e, quando esta se traduz pela abolição geral das grandes instituições docentes, isto é, pela hostilidade radical à inteligência do país nos focos mais altos de sua cultura, a estúpida selvageria dessa fórmula administrativa impressiona-me como o bramir de um oceano de barbaria ameaçando as fronteiras de nossa nacionalidade”, do texto CG1A1-II, infere-se que

- A** os bárbaros atravessam os oceanos para bramir suas ameaças às fronteiras da nacionalidade.
- B** a selvageria da fórmula administrativa que hostiliza as instituições docentes é uma barbaridade que ameaça as fronteiras da nacionalidade.
- C** o bramir do oceano ameaça as fronteiras nacionais tanto quanto a selvageria estúpida das fórmulas administrativas que hostilizam a cultura nacional.
- D** as instituições docentes são ameaçadas quando a selvageria da fórmula administrativa hostiliza as fronteiras da nacionalidade, admitindo a invasão estrangeira.
- E** a hostilidade da fórmula administrativa aos focos mais elevados da cultura nacional é uma selvageria que ameaça a inteligência dos docentes do país, tal como a ameaça às fronteiras da nacionalidade.

Questão 6

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera a pontuação do seguinte trecho do texto CG1A1-II: “Rejeito as doutrinas do arbítrio; abomino as ditaduras de todo gênero, militares, ou científicas, coroadas, ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seitas, aos governos de facção, aos governos de ignorância;”. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical e os sentidos do texto, considerando que sejam feitas as devidas alterações de maiúsculas e minúsculas no texto.

- A** Rejeito as doutrinas do arbítrio. Abomino as ditaduras de todo gênero militares, ou científicas, coroadas, ou populares. Detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de estado, as leis de salvação pública. Odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas. Oponho-me aos governos de seitas, aos governos de facção, aos governos de ignorância.
- B** Rejeito as doutrinas do arbítrio; abomino as ditaduras de todo gênero, militares, ou científicas, coroadas, ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me, aos governos de seitas, aos governos de facção, aos governos de ignorância;
- C** Rejeito as doutrinas do arbítrio; abomino as ditaduras de todo gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações, hipócritas, do absolutismo dissimulado sob as formas, democráticas, e republicanas; oponho-me aos governos de seitas, aos governos de facção, aos governos de ignorância;
- D** Rejeito as doutrinas do arbítrio; abomino as ditaduras de todo gênero, militares, ou científicas, coroadas, ou populares; detesto os estados, de sítio, as suspensões, de garantias, as razões, de estado, as leis, de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos, de seitas, aos governos, de facção, aos governos, de ignorância;
- E** Rejeito as doutrinas do arbítrio. Abomino as ditaduras de todo gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares. Detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de estado, as leis de salvação pública. Odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas. Oponho-me aos governos de seitas, aos governos de facção, aos governos de ignorância.

Questão 7

No texto CG1A1-II, os termos “Rejeito”, “abomino”, “detesto”, “odeio” e “oponho-me” (que iniciam as cinco primeiras orações, respectivamente)

- A** constituem orações que estabelecem, entre si, relação de subordinação.
- B** expressam um tipo de ordem.
- C** assumem as formas **Rejeitamos, abominamos, detestamos, odiamos e opomos-nos**, respectivamente, se flexionados na primeira pessoa do plural.
- D** expressam a opinião do narrador, mediante referência à primeira pessoa do singular na flexão do verbo.
- E** assumem as formas **Rejeitarei, abominei, detestarei, odiarei e opor-me-ei**, respectivamente, se flexionadas no tempo futuro.

Questão 8

Considere que, nas seguintes situações hipotéticas, Flávio, Frederico e Carlos sejam funcionários públicos civis do estado do Rio de Janeiro.

- I Flávio foi demitido e, posteriormente, sua demissão foi invalidada por decisão administrativa;
- II Frederico estava em disponibilidade e retornou ao serviço público estadual;
- III Carlos recebeu provimento em outro cargo, a pedido, para exercer função mais compatível com seu estado, por motivo saúde.

Considerando essas situações hipotéticas, assinale a opção que apresenta corretamente a relação entre os funcionários e suas situações no órgão público, nos termos do Decreto estadual n.º 2.479/1979.

- A** Flávio, readaptação; Frederico, reintegração; Carlos, aproveitamento
- B** Flávio, aproveitamento; Frederico, readaptação; Carlos, reintegração
- C** Flávio e Carlos, readaptação; Frederico, reintegração
- D** Flávio, reintegração; Frederico, aproveitamento; Carlos, readaptação
- E** Flávio e Frederico, aproveitamento; Carlos, reintegração

Questão 9

Nos termos da Lei estadual n.º 6.956/2015, a incumbência de praticar todos os atos referentes a lotação, designação, movimentação, concessão de férias e licenças dos servidores lotados no primeiro grau de jurisdição e em sua secretaria, no âmbito do TJ/RJ é do

- A** presidente do tribunal.
- B** corregedor-geral da justiça.
- C** 1.º vice-presidente do tribunal.
- D** 2.º vice-presidente do tribunal.
- E** 3.º vice-presidente do tribunal.

Questão 10

Suponha que, no estado do Rio de Janeiro, ocorram as seguintes situações.

- I Ana recebe dois proventos decorrentes de aposentadorias de dois cargos de médica do estado;
- II Raquel recebe duas pensões, uma civil e outra militar, ambas do estado;
- III Cecília recebe pensão e aposentadoria, ambas do estado.

Nessas situações, nos termos do Decreto-lei n.º 220/1975, a percepção cumulativa apresentada caberá a

- A** Ana, Raquel e Cecília.
- B** Ana e Raquel, somente.
- C** Ana e Cecília, somente.
- D** Ana, somente.
- E** Raquel e Cecília, somente.

Questão 11

Nos termos da Lei estadual n.º 4.620/2005, no âmbito do TJ/RJ, o provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento por serventuários ativos do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro será

- A** em sua totalidade, bem como para o exercício de função gratificada.
- B** em sua totalidade, incluindo-se os de assessoramento direto a desembargador.
- C** em sua totalidade, não se incluindo os de assessoramento direto a desembargador.
- D** em percentual mínimo de setenta e cinco por cento, incluindo-se os de assessoramento direto a desembargador.
- E** em percentual mínimo de setenta e cinco por cento, não se incluindo os de assessoramento direto a desembargador.

Questão 12

No âmbito do Gabinete da Presidência do TJ/RJ, a atribuição de estimular o protagonismo social, a corresponsabilidade, o associativismo, o cooperativismo e o trabalho em rede, por meio das parcerias firmadas, é da Divisão de

- A** Inclusão Social.
- B** Gestão Ambiental.
- C** Apoio aos Programas de Promoção da Cidadania.
- D** Análise de Resultados das Ações Pró-Sustentabilidade.
- E** Apoio à Governança e à Gestão Organizacional.

Questão 13

A avaliação da deficiência de uma pessoa, quando necessária, será

- A** biomédica.
- B** biopsicossocial.
- C** psicossocial.
- D** biofisiológica.
- E** psicocomportamental.

Questão 14

Constitui modo de inclusão, no trabalho, da pessoa com impedimento de longo prazo de natureza física, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a colocação

- A** participativa.
- B** inclusiva.
- C** integrativa.
- D** competitiva.
- E** protetiva.

Questão 15

De acordo com a lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, postes de sinalização se enquadram nas definições de

- A** ajuda técnica.
- B** mobiliário urbano.
- C** elemento de urbanização.
- D** tecnologia assistiva.
- E** recurso de funcionalidade.

Questão 16

De acordo com a lei que concede atendimento prioritário, a concessionária que, em veículo de transporte coletivo, deixar de reservar assento aos idosos, estará sujeita a

- A** apreensão do veículo e penalidade de multa.
- B** apreensão do veículo e interdição temporária.
- C** apreensão do veículo apenas.
- D** interdição temporária apenas.
- E** penalidade de multa apenas.

Questão 17

Considerando os termos da Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

- I Nas ações judiciais que envolvem a prática de atos caracterizados como improbidade administrativa, inexistente foro por prerrogativa de função.
- II Inviabilizar o acesso a dados oficiais, negando sua publicidade, constitui ato de improbidade administrativa.
- III Em decorrência da autonomia das instâncias, o julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade não impossibilita o processamento de ação autônoma de responsabilização por atos de improbidade administrativa.
- IV A Lei n.º 8.429/1992 busca resguardar a moralidade pública explicitamente ao prever situações que atentam contra os princípios da administração pública.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 18

A sociedade empresária Brothers, sediada na Suíça, é representada no Brasil por José e controladora da pessoa jurídica Irmãos Ltda., que foi constituída e está sediada no estado do Rio de Janeiro. A sociedade Brothers determinou a funcionários da empresa controlada que adotassem medidas para dificultar a realização de fiscalização por auditores federais da Receita Federal do Brasil.

Considerando essa situação hipotética e os termos da Lei n.º 12.846/2013, assinale a opção correta.

- A** A sociedade empresária Brothers, por ser sediada na Suíça, não está submetida às regras da lei em questão.
- B** Em razão de os funcionários serem da empresa Irmãos Ltda., a empresa Brothers não poderá ser responsabilizada.
- C** A fixação da multa terá por base percentual do faturamento líquido da controladora.
- D** A sociedade empresária Brothers poderá responder solidariamente com a Irmãos Ltda. pelos atos praticados.
- E** A mera oposição de dificuldade não constitui hipótese de responsabilização pela lei.

Questão 19

Considerando a doutrina de Kant acerca da ética, assinale a opção correta.

- A** A ética é limitada a determinado grupo social.
- B** A ética independe da razão.
- C** A ética está relacionada à religião e ao divino.
- D** A ética é impessoal, no sentido de ser aplicável para todos de forma uniforme.
- E** A ética é variável de acordo com as consequências da conduta.

Questão 20

Assinale a opção que corresponde à doutrina ética em que a defesa dos direitos humanos resulta, a longo prazo, na maximização da felicidade da maioria das pessoas que integram a comunidade.

- A** utilitarismo
- B** moral das virtudes
- C** patrimonialismo
- D** moral fundamentada em imperativos categóricos
- E** puritanismo

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

Acerca do direito fundamental à educação e seus fundamentos, é correto afirmar que a educação é

- Ⓐ direito de todos, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.
- Ⓑ dever de todos, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.
- Ⓒ direito de todos e dever do Estado, que deve promovê-la e incentivá-la de maneira exclusiva.
- Ⓓ direito e dever de todos, devendo seguir as diretrizes determinadas pela família.
- Ⓔ direito de todos e dever da família, que deve promovê-la e incentivá-la de maneira exclusiva.

Questão 22

A Política Nacional sobre Drogas, instituída pelo Decreto n.º 9.761/2019, tem como um de seus pressupostos o reconhecimento

- Ⓐ da igualdade existente entre usuário, dependente e traficante de drogas, de modo a conferir tratamento igualitário a todos.
- Ⓑ das diferenças existentes entre usuário, dependente e traficante de drogas, de modo a conferir tratamento distinto conforme cada caso.
- Ⓒ da necessidade de construir uma sociedade protegida de drogas ilícitas e amistosa com drogas lícitas.
- Ⓓ da legalidade do plantio e cultivo, e da ilegalidade da importação e exportação de plantas como a *cannabis*.
- Ⓔ da legalidade da importação e exportação, e da ilegalidade do plantio e cultivo de plantas como a *cannabis*.

Questão 23

A promoção da assistência social é uma incumbência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que atua de maneira descentralizada e participativa. As ações ofertadas pelo SUAS têm por objetivo

- Ⓐ colaborar na proteção do meio ambiente.
- Ⓑ defender o patrimônio cultural brasileiro.
- Ⓒ executar a política de saneamento básico.
- Ⓓ proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
- Ⓔ executar serviços públicos de saúde.

Questão 24

Acerca da rede de proteção social formada pelo Centro de Referência de Ação Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), assinale a opção correta.

- Ⓐ Ambos os centros realizam o mesmo nível de trabalho social, diferenciando-se apenas por suas localidades.
- Ⓑ O CRAS desenvolve trabalho apenas com crianças e adolescentes e o CREAS apenas com idosos.
- Ⓒ O CREAS presta serviços sociais para crianças e o CRAS presta serviços sociais para adolescentes.
- Ⓓ O CREAS presta serviços de proteção assistencial básica às famílias, enquanto o CRAS atua na proteção social especial das famílias em situação de risco por violação de direitos.
- Ⓔ O CRAS presta serviços de proteção assistencial básica às famílias, enquanto o CREAS atua na proteção social especial das famílias em situação de risco por violação de direitos.

Questão 25

Um dos princípios regentes das relações internacionais do Brasil é a prevalência dos direitos humanos. De acordo com a CF, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, aprovados em cada uma das casas legislativas, serão equivalentes a

- Ⓐ leis ordinárias.
- Ⓑ medidas provisórias.
- Ⓒ leis complementares.
- Ⓓ emendas constitucionais.
- Ⓔ decretos.

Questão 26

A efetivação do direito à educação depende de prestações materiais positivas, entre elas, o ensino. De acordo com a CF e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os princípios que regem o ensino são

- Ⓐ igualdade de condições para acesso e permanência na escola e pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.
- Ⓑ pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e diferenciação de condições para acesso e permanência na escola.
- Ⓒ respeito à liberdade e apreço à tolerância, e gestão impositiva do ensino público.
- Ⓓ predominância de ideias e concepções pedagógicas e gestão democrática do ensino público.
- Ⓔ gratuidade de ensino público e apreço à superioridade social.

Questão 27

Os atos administrativos que provêm da manifestação de vontade privativa dos chefes do Poder Executivo, resultantes de competência administrativa específica, e que dão curso à fiel execução das leis são denominados

- Ⓐ circulares.
- Ⓑ portarias.
- Ⓒ resoluções.
- Ⓓ ofícios.
- Ⓔ decretos.

Questão 28

Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Improbidade Administrativa), assinale a opção correta.

- Ⓐ As penalidades previstas na referida lei não se estendem, em qualquer hipótese, aos herdeiros do infrator.
- Ⓑ Dada a natureza sancionatória dessa lei, são restritivos o alcance e a definição dos agentes públicos sujeitos às cominações da norma.
- Ⓒ É permitida a celebração de acordo de não persecução cível nas ações principais de improbidade.
- Ⓓ A efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público é requisito para a imposição de todas as penalidades previstas na norma.
- Ⓔ A imposição de penalidade com base na Lei de Improbidade impede a decretação de outras penas de natureza administrativa.

Questão 29

Assinale a opção que, à luz da Lei n.º 8.112/1990, apresenta forma de provimento pela qual, atendidos os requisitos legais, o servidor aposentado poderá retornar à atividade, tanto no interesse da administração quanto por insubsistência dos motivos que levaram à aposentadoria por invalidez.

- A reversão
- B reintegração
- C readaptação
- D aproveitamento
- E recondução

Questão 30

Com relação à Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- A Em razão do princípio da separação de poderes, a referida norma aplica-se apenas aos processos sob a responsabilidade do Poder Executivo.
- B É vedado o início de ofício do processo administrativo.
- C Ainda que permitida a delegação, esta não poderá ser efetivada para a edição de atos de caráter normativo.
- D É exigida pela norma, de forma taxativa, a forma pela qual se darão os processos administrativos.
- E Às pessoas jurídicas não foi conferida legitimidade para darem início ao processo administrativo.

Questão 31

Assinale a opção que representa atribuição do Congresso Nacional para a qual não é exigida sanção do presidente da República.

- A organização administrativa e judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública da União
- B concessão de anistia
- C criação e extinção de órgãos da administração pública
- D desmembramento de áreas de territórios federais ou estados
- E sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar

Questão 32

Uma norma constitucional de aplicabilidade direta, integral, imediata e não restringível, que observa o prazo de noventa dias para entrar em vigor, é classificada como norma

- A de eficácia plena.
- B de eficácia limitada.
- C de eficácia complementável.
- D de eficácia contida.
- E programática.

Questão 33

Segundo a CF, o Supremo Tribunal Federal possui competência para processar e julgar, originariamente,

- A a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- B o mandado de injunção, quando a norma regulamentadora for atribuição dos tribunais de justiça dos estados.
- C os membros dos tribunais de justiça dos estados em infrações penais comuns.
- D os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e demais tribunais.
- E o *habeas corpus* em que figurem como pacientes procuradores-gerais de justiça dos estados.

Questão 34

Acerca do que dispõe a CF sobre o Poder Executivo, assinale a opção correta.

- A As competências do vice-presidente da República estão previstas em rol taxativo no texto constitucional.
- B No caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República, caberá ao Congresso Nacional a eleição durante todo o período presidencial.
- C Caberá à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação contra o presidente da República, tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.
- D Em qualquer hipótese, poderá o presidente da República extinguir cargos públicos por meio de decreto.
- E Em razão dos preceitos de segurança nacional, são indelegáveis as atribuições do presidente da República.

Questão 35

De acordo com o ordenamento jurídico pátrio, a transferência de ativos que pertencem ao patrimônio próprio de pessoa natural para pessoa jurídica da qual o alienante é sócio majoritário, sem que haja qualquer contraprestação por parte da sociedade empresária, caracteriza

- A desvio de finalidade e permite a desconsideração direta da personalidade jurídica.
- B ato que, embora ilícito, não permite a desconsideração da personalidade jurídica por falta de previsão legal.
- C desvio de finalidade e permite a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- D confusão patrimonial e permite a desconsideração direta da personalidade jurídica.
- E confusão patrimonial e permite a desconsideração inversa da personalidade jurídica.

Questão 36

No caso de solidariedade ativa, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores

- A imediatamente favorece também os cocredores, seja qual for a modalidade da obrigação.
- B depende da concordância do devedor, seja qual for a modalidade da obrigação, para beneficiar outros credores.
- C favorece exclusivamente eventual cocredor incapaz, independentemente da modalidade da obrigação.
- D somente beneficia outros credores se a obrigação for indivisível.
- E apenas nas obrigações de fazer e não fazer pode beneficiar outros credores.

Questão 37

Entre as diversas formas de classificação dos contratos, o contrato de troca ou permuta, por meio do qual dois indivíduos se obrigam, de forma recíproca, a entregar coisa diferente de dinheiro, pode ser classificado como

- A informal, gratuito e sinalagmático.
- B atípico, informal e unilateral.
- C gratuito, típico e consensual.
- D oneroso, atípico e unilateral.
- E sinalagmático, oneroso e consensual.

Questão 38

A respeito da eficácia da lei no espaço, da capacidade da pessoa natural, dos contratos e da prova do fato jurídico, julgue os itens a seguir.

- I De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome e a capacidade do estrangeiro domiciliado no Brasil são aquelas vigentes no local de seu nascimento.
- II São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil todos aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- III A recusa da parte em se submeter à perícia médica determinada pelo magistrado pode ser utilizada para suprir a prova que se desejava produzir com o exame.
- IV Os contratos de natureza privada são informados pelo princípio da intervenção estatal mínima e pelo caráter excepcional de sua revisão contratual.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E I, III e IV.

Questão 39

Assinale a opção em que ambos os institutos processuais, tratados como recursos pelo CPC, podem ser utilizados para impugnar decisão interlocutória proferida em primeiro grau pelo magistrado.

- A apelação e embargos de declaração
- B agravo de instrumento e agravo interno
- C recurso especial e mandado de segurança
- D agravo retido e ação rescisória
- E recurso ordinário e embargos de divergência

Questão 40

Julgue os seguintes itens, no que se refere a regras de competência para a atividade jurisdicional cível.

- I O foro do local do imóvel possui competência territorial absoluta para julgar ação de reintegração de posse.
- II Os atos decisórios praticados pelo juízo absolutamente incompetente são nulos de pleno direito e, portanto, impreterivelmente ineficazes.
- III A execução de título extrajudicial pode ser ajuizada no foro do local em que foi praticado o ato ou ocorreu o fato que deu origem ao título, independentemente de o executado não mais residir nessa localidade.
- IV O juízo em que foi prolatada sentença de mérito terá competência funcional exclusiva para processar o cumprimento provisório ou definitivo da referida decisão.

De acordo com o CPC, estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B II e III.
- C II e IV.
- D I, II e IV.
- E I, III e IV.

Questão 41

Em razão de demora injustificada de magistrado em praticar ato decisório em ação judicial de acordo com prazo determinado pela lei processual, foi apresentada representação, pela parte interessada, ao corregedor do tribunal. Após manifestação prévia do juiz representado, foi instaurado, pelo órgão competente, procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, oportunidade em que, apesar de intimado eletronicamente para se manifestar, o juiz ficou inerte. Posteriormente, foi determinado que o magistrado praticasse, no processo judicial, em até dez dias, o ato que a ele foi incumbido. Em razão de nova inércia do juiz, os autos do processo judicial foram remetidos ao seu substituto legal para prolação de decisão.

De acordo com a situação apresentada, é correto afirmar que

- A o encaminhamento do processo para o substituto legal do magistrado é medida legítima que possui previsão no CPC.
- B o procedimento instaurado para apuração de responsabilidade é nulo porque os prazos do magistrado, em processo judicial, são impróprios.
- C o encaminhamento ao corregedor do tribunal foi equivocado porque, de acordo com o CPC, estamos diante de hipótese de competência exclusiva do Conselho Nacional de Justiça.
- D embora possível a instauração de procedimento administrativo, ocorreu nulidade no momento em que foi feita a intimação do juiz na forma eletrônica, pois a lei veda essa modalidade de comunicação nessa hipótese.
- E a prática de ato judicial não pode ser determinada ao juiz, sob pena de nulidade, no processo judicial, por violação ao devido processo legal.

Questão 42

Conforme expressamente previsto no CPC, a regra processual que permite a concessão de tutela provisória em caráter antecedente se aplica à tutela

- A da evidência, de natureza cautelar ou antecipada.
- B da evidência, somente quando for cautelar.
- C da evidência ou de urgência, em qualquer de suas modalidades.
- D de urgência, de natureza cautelar ou antecipada.
- E de urgência, somente quando for antecipada.

Questão 43

Paulo ajuizou, pelo procedimento comum, ação de cobrança contra seu devedor Renato, tendo indicado, na petição inicial, que não possuía interesse na realização de composição consensual do conflito. Ao receber a petição inicial, o juiz designou a citação do réu para comparecer à audiência de conciliação, mas, antes da realização da referida audiência, Renato peticionou ao juízo informando não possuir também interesse na solução consensual, além de requerer o cancelamento da audiência.

Nessa hipótese, considerando que estamos diante de tutela de direito que admite a autocomposição, de acordo com as regras procedimentais estabelecidas no CPC, é correto afirmar que

- A** o réu possui o ônus de apresentar sua contestação até o momento em que pede o cancelamento da audiência de conciliação, sob pena de preclusão e incidência dos efeitos da revelia.
- B** o juiz deve manter a audiência e advertir as partes que a ausência injustificada ao compromisso designado acarretará a imposição de multa.
- C** as partes continuam com o dever de comparecer à audiência, sob pena de extinção do processo ou caracterização de revelia.
- D** houve equívoco na designação de audiência de conciliação porque o desinteresse manifestado pelo autor na petição inicial já seria, por si só, suficiente para que a audiência não fosse realizada.
- E** o termo inicial do prazo que o réu possui para oferecer contestação inicia-se na data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação.

Questão 44

Nos termos da legislação vigente, o *sursis* processual é a suspensão

- A** condicional da pena.
- B** condicional do processo, após a prolação da sentença condenatória.
- C** do processo, por questão incidental suscitada em juízo.
- D** condicional do processo, a partir do oferecimento da denúncia.
- E** condicional do processo, a partir do recebimento da denúncia.

Questão 45

A competência para aplicação de lei mais benéfica ao réu, quando transitada em julgado a sentença condenatória, será

- A** dos tribunais superiores, em caso de competência originária.
- B** do juízo das execuções penais.
- C** do juiz de primeiro grau que proferiu a sentença.
- D** do tribunal de justiça, em sede de revisão criminal.
- E** do tribunal do júri, nos crimes dolosos contra a vida.

Questão 46

Em relação à sentença de pronúncia, assinale a opção correta.

- A** Da decisão que pronuncia o réu, cabe recurso de apelação.
- B** A intimação da sentença ao defensor constituído pelo réu deverá ser feita pessoalmente.
- C** A pronúncia constitui causa interruptiva de prescrição.
- D** Na ausência do réu solto, é vedada a sua intimação por edital, ocorrendo a denominada crise de instância.
- E** Uma vez preclusa a sentença, é vedada a alteração da classificação do crime.

Questão 47

No âmbito do processo penal, aplica-se a deserção do recurso

- A** apenas em relação ao querelante na ação penal privada exclusiva, salvo se beneficiário da justiça gratuita.
- B** em toda e qualquer ação penal.
- C** apenas para a interposição de apelação, tanto na ação penal pública quanto na ação penal privada.
- D** apenas na ação penal privada subsidiária da pública.
- E** apenas nas ações penais públicas condicionadas e nas ações privadas.

Questão 48

Nos termos da Lei de Execução Penal, classifica-se como incidente de execução a

- A** conversão da pena de multa em detenção.
- B** remição.
- C** instauração de procedimento disciplinar para a aplicação de sanção por falta cometida no decorrer do cumprimento da pena.
- D** suspensão condicional da pena.
- E** conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade.

Questão 49

Ao assistente do Ministério Público, não é cabível

- A** participar dos debates orais.
- B** propor meios de prova.
- C** aditar o libelo.
- D** aditar a denúncia.
- E** arrazoar os recursos interpostos pelo promotor de justiça.

Questão 50

A doutrina da proteção integral foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo art. 227 da CF, que resultou na elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com base no paradigma da proteção integral, julgue os itens a seguir.

- I Princípio de cooperação refere-se à atuação da família, da sociedade e do Estado na proteção dos direitos da criança e do adolescente.
- II A dignidade da criança em condição peculiar de desenvolvimento é espelhada pela cidadania.
- III Há absoluta intolerância com todas as formas de vitimização da criança e do adolescente.
- IV A lei garante a ampla defesa, limitando os poderes do antigo juiz de menores.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I, II e IV.
- C** I, III e IV.
- D** II, III e IV.
- E** I, II, III e IV.

Questão 51

Assinale a opção que apresenta os três princípios que fundamentam a criação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, cuja inobservância de qualquer um deles gera a impossibilidade de ação desses conselhos.

- A** intervenção mínima, proteção integral e sigiliosidade
- B** prevalência dos interesses, gratuidade e municipalização
- C** prioridade absoluta, primazia e interesse superior
- D** brevidade, excepcionalidade e intervenção precoce
- E** participação, paridade e controle social

Questão 52

Para garantir a eficácia de sua missão social, o conselho tutelar, por meio dos conselheiros tutelares, deve cumprir com zelo as atribuições que lhe foram confiadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que, na prática, significa aplicar medidas protetivas, como

- A atender criança que pratica ato infracional.
- B determinar concessão de guarda.
- C prestar serviço de assistência na área de proteção à maternidade de adolescente.
- D resolver problemas de disciplina de aluno na escola.
- E fiscalizar sistematicamente adolescentes em bares e boates.

Questão 53

Considerando que o programa de acolhimento institucional deve privilegiar e preservar os vínculos familiares visando ao preparo gradativo da criança ou do adolescente para o retorno ao convívio familiar, assinale a opção correta.

- A Cabe ao dirigente incentivar, por meio do convívio com pais e familiares nos dias de visita à instituição, o fortalecimento dos vínculos da criança e do adolescente acolhidos, permitindo saídas semanais com esses familiares após pedido de autorização judicial julgado favorável.
- B O dirigente da instituição deverá garantir, prioritariamente, a convivência da criança ou do adolescente acolhido com os genitores privados de liberdade, por meio de visitas periódicas, salvo se houver determinação em contrário da autoridade judiciária.
- C Com vistas a criar e incentivar relações de cuidado, o dirigente da instituição deverá garantir a crianças e adolescentes acolhidos a convivência com pessoas da comunidade que sejam participantes do “apadrinhamento afetivo”.
- D Caracterizada a desassistência dos genitores ao filho acolhido, depois de esgotadas todas as tentativas de reintegração familiar, o dirigente da instituição remeterá, como último recurso, relatório social do caso ao conselho tutelar, a fim de que seja possível a colocação do acolhido em família substituta mais ampla.
- E Depois de inserida a criança ou o adolescente no acolhimento institucional e verificada a impossibilidade de retorno imediato ao convívio familiar, a guarda será transferida, por decisão judicial, ao dirigente da instituição, com os mesmos direitos e deveres dos pais.

Questão 54

A remissão é instituto que se desdobra em consequências jurídicas, a depender de cada caso concreto. Nesse sentido, a doutrina e a jurisprudência assentaram o entendimento de que a remissão concedida pelo Ministério Público

- A é modalidade de extinção ou suspensão do processo.
- B pode ser concedida quando houver indícios de materialidade e autoria.
- C pode ser cumulada com qualquer outra medida socioeducativa.
- D implica o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade.
- E pode ser concedida a qualquer momento antes da sentença.

Questão 55

A respeito dos crimes e infrações administrativas estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- A O jornalista Alex obteve informações do inquérito policial de um adolescente que, supostamente, cometera ato infracional e publicou em uma rede social todo o fato, inclusive com os dados pessoais do adolescente, sem autorização. Nessa situação, a conduta do jornalista, caso seja apurada, constitui crime previsto no ECA.
- B Osmar, dirigente de uma casa de internação, impediu que um adolescente, cumprindo medida de internação e privado de liberdade, recebesse qualquer visita durante o período de um mês, alegando mau comportamento do adolescente. Nesse caso, a conduta do dirigente, se apurada, constitui crime previsto no ECA.
- C O processo penal dos crimes definidos no ECA são regulados no próprio estatuto.
- D Kaká, diretor de determinada casa de espetáculo, discordou da classificação de sua peça teatral, dada pelo órgão competente como inadequada a crianças e adolescentes, e permitiu que estes assistissem ao espetáculo. Nessa situação, a conduta do diretor, se apurada, constitui infração administrativa prevista no ECA.
- E O delegado de polícia Fernando privou adolescente de sua liberdade, por suposto roubo cometido há três dias, quando voltava da escola. Nesse caso, a conduta do delegado, se apurada, constitui infração administrativa prevista no ECA.

Questão 56

Caso uma instituição de longa permanência deixe de comunicar à autoridade competente crime contra idoso do qual tenha conhecimento, ficará sujeita a

- A descredenciamento.
- B pena de multa.
- C advertência.
- D multa civil a ser estipulada pelo juiz.
- E interdição temporária.

Questão 57

Compete ao conselho estadual do idoso

- A criar serviços alternativos de saúde para o idoso.
- B garantir ao idoso assistência à saúde.
- C garantir o acesso da pessoa idosa à habitação popular.
- D acompanhar a política nacional do idoso.
- E apresentar proposta orçamentária ao órgão competente.

Questão 58

Conforme a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, a garantia do bem-estar da pessoa idosa em relação a direitos consiste no envelhecimento

- A cidadão.
- B sustentável.
- C ativo.
- D participativo.
- E político-social.

▼ Questão 59

Suponha que uma pessoa física pretenda ajuizar ação indenizatória no valor de quarenta salários mínimos contra uma autarquia e uma fundação do estado do Rio de Janeiro, e também contra uma sociedade de economia mista estadual. Nesse caso, poderão ser réus no juizado especial da fazenda pública daquele estado a

- A** autarquia, a fundação e a sociedade de economia mista.
- B** fundação, somente.
- C** autarquia e a sociedade de economia mista, somente.
- D** sociedade de economia mista, somente.
- E** autarquia e a fundação, somente.

▼ Questão 60

Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, incumbe ao analista judiciário na especialidade de comissário de justiça da infância, da juventude e do idoso, lavrar auto de infração quando constatar violação das normas de proteção

- A** à criança e ao adolescente, que tipifiquem infrações penais, tendo o analista direito ao porte de arma.
- B** ao idoso, que tipifiquem infrações administrativas e penais, tendo o analista direito ao porte de arma.
- C** à criança e ao adolescente, que tipifiquem infrações administrativas, tendo o analista direito ao porte de arma.
- D** ao idoso, que tipifiquem infrações administrativas e penais, sendo-lhe vedado o porte de arma.
- E** ao idoso, que tipifiquem infrações administrativas, sendo-lhe vedado o porte de arma.

Espaço livre